

ABORDAGENS DO CONTEÚDO DE GEOGRAFIA DE GOIÁS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM AULAS DE GEOGRAFIA¹

*Raphael Pereira de Oliveira Sousa*²
rapha.pos@gmail.com

Resumo

Neste artigo é apresentada uma proposta para abordagem da Geografia Regional no ensino de Geografia, tendo como foco o conteúdo de Geografia de Goiás. Entende-se que o estudo de Geografia ganha corpo e significado ao considerar o espaço geográfico efetivamente reconhecido e vivenciado pelo aluno em seu cotidiano. O estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e está organizado em duas partes. Na primeira, estruturam-se alguns direcionamentos teóricos sobre o conteúdo e, na segunda, desenvolve-se uma reflexão sobre como conteúdos específicos da Geografia de Goiás podem apoiar no processo de ensino e aprendizagem em Geografia. Um dos caminhos indicados foi integrar o ensino de Geografia de Goiás à construção de conceitos e compreensão de processos gerais da Geografia, permitindo aos alunos não apenas conhecer o seu espaço, mas compreender de forma crítica e reflexiva o processo de produção espacial.

Palavras-chave

Geografia regional, Geografia de Goiás, Ensino, Aprendizagem.

ENFOQUES DEL CONTENIDO DE GEOGRAFÍA DE GOIÁS EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE EN GEOGRAFÍA

Resumen

En este trabajo se presenta una propuesta para abordar la Geografía Regional en la enseñanza de la geografía, centrándose en el contenido de Geografía de Goiás. Se entiende que el estudio del Geografía adquiere especial importancia cuando se considera el espacio geográfico reconocido y experimentado por los estudiantes en su vida cotidiana. El estudio se realizó a partir de revisión de la literatura sobre el tema y se organiza en dos partes. Al principio, se realizan algunos apuntes

¹ Este artigo é parte integrante da monografia intitulada "O conteúdo de Geografia de Goiás para o Ensino Fundamental: análise curricular dos 5º e 7º anos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Goiânia" 86p. Monografia (Geografia – Licenciatura). Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2013.

² Graduado em Geografia - Licenciatura - pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Endereço: Rua L5, nº 80, Bairro Feliz. Goiânia (GO). CEP 74630-220.

teóricos sobre el contenido. En el segundo, se desarrolla una reflexión sobre la forma en que el contenido específico de Geografía de Goiás puede apoyar el proceso de enseñanza y aprendizaje en Geografía. Una de las maneras indicadas es la integración de la enseñanza de la Geografía de Goiás para la construcción de conceptos y la comprensión de los procesos generales de la Geografía, permitiendo a los estudiantes no sólo conocer a su espacio, pero comprender de manera crítica y reflexiva el proceso de producción del espacio.

Keywords

Geografía regional, Geografía de Goiás, Enseñanza, Aprendizaje.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo refletir sobre a contribuição da abordagem da Geografia Regional para o processo de ensino e aprendizagem em aulas de Geografia na Educação Básica, tomando como objeto central o conteúdo de Geografia de Goiás.

Partiu-se da concepção de que o ensino de Geografia de Goiás, no contexto das escolas goianas, pode fortalecer a construção de conceitos geográficos por parte dos alunos e promover a compreensão dos processos e dinâmicas do espaço, ao passo que estes conceitos sustentam as bases para entender a produção e transformação do espaço goiano.

Destaca-se a importância dos conteúdos de Geografia de Goiás para o ensino por compreender que ao colocar como objeto na construção do conhecimento geográfico o lugar, o espaço regional, a paisagem, a natureza, o território, etc., não apenas abstrato e distante, mas efetivamente reconhecido e vivenciado pelo aluno em seu cotidiano, o estudo de Geografia ganha corpo e significado.

Neste sentido, buscar-se-á refletir sobre os conteúdos de Geografia de Goiás no âmbito do processo de ensino e aprendizagem em Geografia, considerando que este conteúdo tem como potencialidade tornar o espaço vivido pelo aluno objeto de reflexão para a construção do pensar geográfico.

O trabalho foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e está organizado em duas partes. Na primeira, entendendo que determinados temas podem ser centrais para o ensino dos conteúdos de Geografia de Goiás, busca-se estruturar algumas contribuições teóricas. São questões e reflexões sobre temas de relevância para o ensino que podem possibilitar uma compreensão integrada dos processos e conflitos envolvidos na apropriação e transformação do espaço goiano. O objetivo é estabelecer uma base teórica, apontando aspectos importantes sobre o processo de transformação espacial em Goiás, que permita refletir sobre o

direcionamento e contribuição deste conteúdo para o processo de ensino e aprendizagem em Geografia.

Na segunda parte desenvolve-se uma reflexão sobre como conteúdos específicos da Geografia de Goiás podem apoiar na compreensão de conceitos e processos gerais da disciplina geográfica, entendendo que o currículo deve ser pensado de forma integrada, buscando superar a cisão e hierarquização dos conteúdos.

Geografia de Goiás: aportes teóricos

Para iniciar a análise curricular sobre as abordagens do conteúdo de Geografia de Goiás, é necessário realizar alguns apontamentos sobre as possibilidades deste conteúdo no ensino. Muitas são as abordagens possíveis sobre o conteúdo de Geografia de Goiás no Ensino Fundamental. Apesar de alguns direcionamentos dados pelos currículos oficiais, é imprescindível o trabalho do professor na seleção e sistematização dos conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas. Temas como o processo de ocupação e urbanização do estado de Goiás, a construção de Goiânia e de Brasília, a regionalização do estado, a expansão da fronteira agrícola em Goiás, as questões ambientais e econômicas envolvendo o cerrado, e a migração, proporcionam maiores possibilidades de problematização, por contribuir para a compreensão dos processos e contradições envolvidos na produção do espaço, além de apoiarem a formação de pensamento crítico e a educação para a cidadania.

Ao falar-se em urbanização, é importante considerar que neste processo, que é global, há particularidades que são próprias de determinados tempos e lugares. É comum pensar no crescimento das primeiras cidades da Europa, ainda na idade média, associadas à abertura e expansão comercial. Mas como, e quando, surgiram as primeiras cidades em Goiás? Qual era o contexto político e econômico que culminou com a urbanização do território goiano-tocantinense? Como se organiza hoje a rede de influência, interdependência e polarização das cidades goianas?

O desenvolvimento das primeiras cidades goianas deu-se no início do século XVIII, estimuladas pela descoberta de ouro em Goiás, em 1722, pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. Foi intensa a produção de ouro nos primeiros anos de exploração das minas goianas, o que impulsionou a vida urbana local. Porém, a efervescência aurífera em Goiás acabou logo após 1753, ano de maior produção das minas goianas, quando estas entraram em declínio e o crescimento urbano na região não

apenas estacionou, mas chegou mesmo a regredir (GOMIDE, 2003). Com isso, a situação de isolamento em que o território goiano se encontrava, naquele momento, devido à distância dos centros político e econômico do país, fez com que a população que permaneceu na região após o declínio do ciclo do ouro desenvolvesse um modo de vida particular, estritamente ligado à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência. Com a desilusão do ouro, ainda no século XVIII, a agropecuária tornou-se a única possibilidade de atividade econômica e social para a população que permaneceu no estado. Após o esvaziamento das minas de ouro, a população e a administração goiana descobriram a vocação que ainda hoje marca o perfil socioeconômico de Goiás. Conforme aponta Teixeira Neto (2008, p.7),

A verdadeira vocação econômica e social dos goianos e do seu imenso território não era cavoucar a terra à procura de ouro inserto, mas nela plantar e criar para produzir alimentos, nem que fosse para a subsistência das pessoas.

E foi a produção de gêneros agrícolas que, desde então, apoiou o desenvolvimento econômico em Goiás. Mas, o processo de evolução e desenvolvimento não foi igual em todo o território goiano. O sul de Goiás se desenvolveu e consolidou-se ao longo da história como a região economicamente mais ativa do estado, e a posição geográfica estratégica teve grande influência, possibilitando a esta parte do território emergir economicamente. A proximidade com o Triângulo Mineiro, que desde a época da mineração ligava o estado de Goiás a São Paulo, impulsionou o desenvolvimento agrícola do sul do estado. Como apontado por Estevam (1997), a economia de Goiás, a partir da década de 1890, só pode ser entendida levando em conta o domínio comercial exercido pelo Triângulo Mineiro. Foi através da ferrovia Mogiana, que adentrou ao território goiano vindo de Minas Gerais, que a produção agropecuária de Goiás alcançou os principais mercados consumidores do país, impulsionando o desenvolvimento econômico e social nos municípios do sul goiano. Castro (2004), também afirma a importância do Triângulo Mineiro e da ferrovia Mogiana para o desenvolvimento de Goiás.

O estado de Goiás passou a inserir-se na economia nacional por meio das exportações de gado e de produtos agrícolas, feitas pelo Triângulo Mineiro, dada a sua posição geográfica privilegiada, pois servia de junção entre os estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo. Com a expansão da cafeicultura paulista, os trilhos de ferro (Mogiana) chegaram ao Triângulo Mineiro, incentivando a exploração agrícola no seu entorno. Desse modo, os comerciantes puderam expandir os seus negócios para o sul de Goiás, financiando e organizando a produção, cujas relações de comércio seguiam

duas direções: para o sudoeste, comerciando com Uberlândia, e para o sudeste, com Araguari (CASTRO, 2004, p.79).

Na virada do século, em decorrência da expansão da economia agroexportadora brasileira, estimulada principalmente pela cultura do café em São Paulo, houve a extensão do sistema ferroviário e a entrada da linha férrea no território goiano pelo sul do estado, como continuação da Mogiana, que avançava a partir de Minas Gerais. A construção dos trilhos em Goiás era um desejo antigo de lideranças políticas e produtores goianos, pois permitiria libertar a economia de Goiás da primazia do Triângulo Mineiro. O processo de construção dos trilhos em Goiás, que durou de 1911 a 1950, transformou o espaço goiano. O primeiro trecho foi inaugurado em 1911 e ligou a cidade de Araguari a Engenheiro Behout, em seguida os trilhos estenderam-se paulatinamente pelo sul de Goiás, passando por “Goiandira (1913), Ipameri (1913), Vianópolis (1924), Bomfin (1930, hoje, Silvânia), Leopoldo de Bulhões (1931), Anápolis (1935), e em 1950 a ferrovia ligou Leopoldo de Bulhões a Goiânia” (CASTRO, 2004, p. 80). Ao longo de todo o percurso dos trilhos cidades novas surgiam e antigas desenvolviam-se. A cada ponto que a construção dos trilhos estacionava, o comércio crescia e a vida urbana se agitava. Os trilhos do trem não transportavam apenas mercadorias e pessoas, junto levavam ideias, estilos de vida e visões de mundo. Tanto quanto o crescimento econômico, a transformação sociocultural engendrada pela modernização do sistema de transporte, modificou o espaço rural e urbano de Goiás. Além disso, com as atenções da economia nacional voltadas para a exportação cafeeira, a agropecuária goiana se desenvolveu, visando atender a produção alimentícia nacional, mas isso só foi possível através da melhoria na logística de escoamento proporcionada pela ferrovia.

Outros dois eventos importantes na urbanização do estado e que acarretaram grandes transformações no espaço goiano, tendo influência significativa não apenas na região Centro-Oeste, mas em todo o país, foi a construção de Goiânia, iniciada em 1933, para se tornar a nova capital do estado, e a construção de Brasília, iniciada em 1956, para tornar-se a nova capital nacional. Muitos foram os interesses políticos e econômicos, tanto em nível local quanto nacional, envolvidos na construção destas duas cidades. Um aspecto de especial importância é o fato de ambas terem sido pensadas como forma de promover a ocupação e modernização do interior do Brasil, possibilitando a integração de todo o território nacional.

A construção de Goiânia e a transferência da capital do estado naquele momento teve importante representação simbólica. Buscava-se fortalecer em Goiás os

novos ideais políticos desenvolvimentistas que emergiram no Brasil a partir da Revolução de 1930. Não bastava mudar os sujeitos à frente do governo do estado, era preciso romper com a antiga oligarquia estabelecida na região da velha capital, liderada pelo poder dos Caiados (Gomide, 2003). Aliás, a concepção de modernidade imposta com a construção da nova cidade buscava contrapor à imagem de atraso e inércia associada à antiga sede do governo estadual. Goiânia seria uma nova cidade que traria consigo um novo modelo de vida a ser seguido, mais dinâmico e adequado aos interesses de desenvolvimento regional e nacional. Gomide (2003) sintetiza o contexto político nacional que corroborou para a construção de Goiânia ao afirmar que:

Tentando romper com o privilégio dos produtores de café – considerados até então pelos governantes nacionais o setor economicamente forte do país –, a Revolução de 1930 mesclou setores heterogêneos: dissidentes rurais descontentes do Rio Grande do Sul; classe média emergente, ainda não reconhecida socialmente; tenentes desfavorecidos; e setores industriais desprovidos de apoio político e econômico (GOMIDE, 2003, p. 27).

Foi neste ambiente de tensão que o interventor Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado por Getúlio Vargas para comandar a revolução política no estado de Goiás. Neste momento as novas lideranças em ascensão, no sul do estado, estavam descontentes com a situação política goiana e distantes da cidade de Goiás, então capital do estado. Com o apoio destas novas lideranças, e atendendo a interesses da mesma, deu-se a construção de Goiânia e a transferência da capital. Desde a escolha do local até o projeto arquitetônico e urbanístico, tudo foi pensado com o objetivo de imprimir no espaço a ideia de controle, poder e modernização, do território e da sociedade. Este evento acarretou toda uma reconfiguração do espaço goiano pela força de atração e polarização exercida pela capital, que também atraiu um imenso número de migrantes de várias regiões do Brasil, que foram para Goiânia atrás da promessa de prosperidade na nova e moderna cidade, muitos incentivados pelas propagandas feitas pelo governo do estado em todo o país.

Ao se pensar a urbanização em Goiás, deve-se ainda considerar o impacto da construção de Brasília, iniciada em 1956, como uma das principais ações do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. A nova capital federal foi pensada dentro de um projeto muito maior, que previa, em âmbito nacional, investimentos em produção de energia, rede de transportes, produção de alimentos, desenvolvimento da indústria de base, e educação. Conforme o discurso de Kubitschek, o objetivo era fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, sendo este o lema de sua gestão.

Assim, houve reflexos em todo o território nacional, mas especialmente em Goiás. Além de ceder território para a construção do Distrito Federal, muitos são os impactos no espaço goiano devido à influência exercida por Brasília. Arrais (2004) fala em “três Brasília”, referindo-se à Capital Federal, as cidades satélites e ao Entorno de Brasília, sendo que a terceira trata-se de território goiano. A partir de década de 1970, após a consolidação de Brasília, houve a fragmentação de cidades do entorno, com a criação de novos municípios. Hoje a microrregião do Entorno de Brasília desperta grande preocupação devido à falta de infraestrutura, violência urbana, e o grande contingente populacional.

As diferenças regionais, principalmente entre o norte e o sul do estado, motivaram a divisão do território goiano, dando origem ao atual estado do Tocantins. Até a década de 1980 todo o centro-norte de Goiás permaneceu em quase completo esquecimento. Até o ano de 1988, Goiás era formado pelos territórios que hoje compreendem os estados de Goiás e Tocantins juntos. A distância dos centros político e econômico e a precariedade das poucas estradas que até então cruzavam o norte de Goiás, fez com que os municípios desta região permanecessem por muito tempo em situação de atraso econômico, com fraca relação comercial e política com os municípios do sul de Goiás (que concentravam as lideranças políticas estaduais) ou com os estados da região sudeste do país (de maior dinamicidade econômica). A criação do estado do Tocantins, com a constituição de 1988, deu força política para o desenvolvimento destes municípios agora polarizados pela cidade de Palmas, uma cidade criada, assim como Goiânia, para ser não só capital do estado, mas um símbolo de modernidade e progresso.

De modo geral, sobre o estado de Goiás tem-se hoje a imagem consolidada de um estado próspero, moderno e dinâmico, com grande representatividade para economia nacional. É um dos principais estados produtores de gêneros agropecuários no país, com destaque para a região sudoeste do estado, que figura como um polo do agronegócio brasileiro, com o complexo agroindustrial (CAI) de grãos e carnes consolidado, e que envolve os setores produtivo, industrial, financeiro e comercial, além do poder público. O setor produtivo de Goiás não se limita ao agronegócio, municípios como Alto Horizonte, Barro Alto, Minaçu, Niquelândia e Crixás, no norte do estado, e Catalão, no sul, destacam-se na produção mineral. Anápolis desponta como pólo da indústria farmacêutica, com a presença de grandes laboratórios. E, nos últimos anos, instalaram-se em Goiás importantes montadoras automobilísticas como a Mitsubishi (Catalão), Hyundai (Anápolis) e Suzuki (Itumbiara), atraídas por incentivos oferecidos pelo governo do estado. O setor de serviços também é forte no estado e se desenvolveu

muito nos últimos anos, respondendo no ano de 2010 por 59,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, de acordo com dados do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Entretanto, é importante ressaltar que, diferente da imagem difundida no discurso empregado pelas lideranças dos setores hegemônicos e das instituições públicas, o desenvolvimento econômico não está espalhado igualmente em todo o território goiano. Da mesma forma como a população, a infraestrutura e os aparelhos públicos básicos também se distribuem de forma desigual. Deve-se considerar os interesses velados por este discurso, que busca atrair investimentos para o estado e que, em geral, serve para atender interesses de agentes específicos, continuando a reproduzir um modelo de desenvolvimento concentrado e seletivo.

A discrepância no desenvolvimento econômico entre as regiões goianas é grande e pode ser percebida na comparação entre os índices apresentados pelos municípios, como o PIB. De acordo com dados do IMB, dos dez municípios goianos com maior PIB *per capita* no ano de 2010, oito pertencem à mesorregião Sul Goiano (Chapadão do Céu, São Simão, Perolândia, Cachoeira Dourada, Catalão, Porteirão, Turvelândia e Ouidor), um à mesorregião Norte (Alto Horizonte) e um à mesorregião Centro (Senador Canedo). Alto Horizonte é uma exceção no norte goiano e deve o alto PIB ao minério de ouro e cobre extraído no município, enquanto Senador Canedo tem a economia movimentada pela presença do complexo petroquímico de distribuição da Petrobrás, que eleva significativamente a arrecadação do município. No outro extremo, ao avaliar os dez municípios goianos com menor PIB *per capita*, verifica-se que oito estão na mesorregião Leste, sendo três da microrregião do Vão do Paranã (Damianópolis, Buritinópolis e Mambaí) e cinco da microrregião do Entorno de Brasília (Planaltina, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás).

As diferenças no desenvolvimento econômico e social entre as regiões ou municípios goianos foram produzidas historicamente pela combinação de diferentes fatores, dos quais pode-se destacar com maior relevância os aspectos físicos e naturais (tipo de solo, relevo, hidrografia, clima, etc.), a localização geográfica, e, principalmente, ações direcionadas por parte do poder público que visaram o desenvolvimento específico de determinadas regiões.

Qualquer conceito de região já pressupõe assumir que dentro da unidade territorial há diferenciações, e que estas podem ser delimitadas espacialmente. A sociedade de forma geral consegue distinguir diferentes regiões, atribuindo-lhes algum valor (rica, pobre, violenta, seca, urbana, despovoada, etc.). Porém, esta compreensão

tende a um olhar simplista e generalizador, que assume um aspecto particular ou especificidade qualquer como sendo a identidade da região, desconsiderando toda a sua heterogeneidade. Pela sua diversidade social, econômica e ambiental, o estado de Goiás foi organizado em diferentes regiões, sendo que o processo de regionalização compreende especificamente o estabelecimento de recortes espaciais associados à escolha de determinados aspectos que podem conferir identidade à região. Este processo não é isento, pois exige a seleção e relevância de determinados fatores, o que pressupõe alguma ideia estabelecida sobre o espaço por parte de quem regionaliza – uma visão de mundo que pode não ser consenso.

Em nível nacional, o órgão oficial responsável pela regionalização do país é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com critérios assumidos atualmente pelo IBGE o estado de Goiás, junto com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fazem parte da região Centro-Oeste do Brasil. Goiás, por sua vez, é dividido em 5 mesorregiões, subdivididas em 18 microrregiões. A identificação das regiões refere-se ao posicionamento dentro do território goiano (Norte, Leste, Noroeste, Centro e Sul), enquanto para as microrregiões os aspectos utilizados na identificação são variados, conforme demonstrado por Arrais (2004):

Das 18 microrregiões de Goiás, 11 delas levam o nome de referência dos municípios, 5 de elementos do quadro natural – duas ligadas ao relevo (Chapadas dos Veadeiros e Vão do Paranã) e 3 às bacias hidrográficas (Meia Ponte, Rio Vermelho e Rio dos Bois) –, uma se refere à localização (Sudoeste) e outra ao processo de urbanização decorrente da construção de Brasília (Entorno de Brasília) (ARRAIS, 2004, p. 34).

No caso das microrregiões identificadas com elementos do quadro natural, fica evidente o conceito utilizado, enquanto as demais permitem uma análise mais profunda. No caso das que levam o nome de um determinado município (microrregiões de: Anápolis, Anicuns, Aragarças, Catalão, Ceres, Goiânia, Iporá, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis e São Miguel do Araguaia), revela-se a representatividade política e/ou econômica que o município possui dentro da região. A microrregião do Entorno de Brasília assume forte influência exercida pelo Distrito Federal sobre a produção do espaço em uma parcela do território goiano. No caso do Sudoeste Goiano, apesar do nome sugerir que o critério foi apenas o posicionamento geográfico, identifica-se na região uma forte unidade política e econômica entre os municípios, que juntos possuem força para atrair e concentrar investimentos na região e assim se destacam como pólo agroindustrial do estado.

Existem outras formas de regionalização. O governo de Goiás, através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), também realizou uma regionalização que é utilizada na gestão do estado, e que possui coincidências e distinções com relação à regionalização do IBGE. O importante é considerar que a análise e compreensão sobre o processo de regionalização, buscando entender os interesses e critérios utilizados, permite compreender o funcionamento do espaço regional e as diferenciações dentro do território. Cabe ao professor, na prática docente e na seleção dos recursos a serem adotados, superar a simples descrição e problematizar a abordagem, permitindo aos alunos uma compreensão crítica sobre o processo de regionalização, entendendo que por trás da aparente homogeneidade do espaço regional existem conflitos e desigualdades.

Conforme citado anteriormente, as ações do poder público tem grande impacto no desenvolvimento regional. Em todo o Centro-Oeste e em Goiás, especificamente, desde a década de 1930, várias intervenções por parte do Governo Federal transformaram o sentido da ocupação e ordenação do território. No período de 1930 a 1950 o Brasil viu o crescimento agrícola ser impulsionado pela diversificação da produção – que até a década de 1930 estava concentrada na cultura cafeeira – e a integração do mercado interno a partir do desenvolvimento da rede de transporte. A partir da década de 1950 a expansão da malha rodoviária, no Brasil e em Goiás, intensificou a conexão cidade-campo e possibilitou maior escoamento da produção, além de modificar os padrões sociais e as relações de trabalho no estado de Goiás. Conforme Silva (1996), a partir do pós-guerra o Brasil adotou um processo de modernização da agricultura associado ao incremento de novas áreas de plantio. Para atender ao mercado interno em acelerada expansão, na década de 1960 houve um crescimento extensivo da produção agrícola, com a expansão das áreas cultivadas, e iniciou-se um processo de modernização da base técnica, com o objetivo de aumentar a produtividade por área.

Pesquisas desenvolvidas na década de 1970 permitiram adaptar a soja às condições do cerrado. A introdução de insumos, capazes de corrigir a acidez do solo, junto com a adoção de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas, possibilitou a expansão da fronteira agrícola e a consolidação da produção de grãos em Goiás para atendimento do mercado externo. Assim, o campo se integra ao sistema industrial capitalista de produção, criando uma nova lógica socioeconômica e espacial. Mas a ampliação da produção agrícola, com a incorporação das novas tecnologias só foi possível com ações do sistema financeiro, que passa a fornecer linhas de crédito

específicas com o objetivo de fomentar a produção agrícola e o agronegócio. O estado também tem um importante papel de regulação, “no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua autovalorização” (SILVA, 1996, p. 28). Em Goiás foram, e continuam sendo, inúmeras as políticas de incentivo do Estado com o objetivo de ampliar a produção agrícola e atrair empresas do setor agroindustrial.

Dentre as políticas governamentais que tiveram grande impacto na ocupação do estado de Goiás e da região Centro-Oeste, com a expansão da fronteira agrícola, pode-se citar:

[...] a Fundação Brasil Central (1940), o Plano de Metas (1956), a criação da Sudeco (1967), o Prodecer (1970), os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972 e 1975), em que se insere o Prodoeste (I PND) e o Polocentro (1975), bem como o Planoeste, vinculado ao Brasil em Ação (CASSETI, 2004, p. 153).

Pode-se incluir ainda, a criação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) a partir da Constituição Federal de 1988, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Leis Estaduais de fomento à industrialização, e ainda Leis Municipais de isenção de impostos.

Estas ações garantiram o aumento produtivo e colocaram o estado de Goiás no mercado internacional, mas foram grandes os impactos sociais e ambientais. Este sistema produtivo acentua a concentração fundiária, pois, de forma geral, apenas grandes produtores são beneficiados pelas linhas de financiamento disponíveis, em virtude de a propriedade da terra ser o principal requisito para acesso ao crédito. Também foi grande a degradação do cerrado, que teve milhares de hectares desmatados e incorporados às áreas de plantio de grãos desde a década de 1970. Agravando o quadro de desmatamento, hoje cresce a produção de cana de açúcar em áreas que antes eram dedicadas à cultura da soja, enquanto as lavouras de soja avançam desmatando e incorporando novas áreas de cerrado. Historicamente o cerrado foi encarado como um bioma secundário, como área pobre em biodiversidade e improdutivo, e que, portanto, poderia ser incorporada ao uso agrícola sem grandes impactos. Este discurso foi por muito tempo utilizado, junto com a ideia de vazio demográfico, para legitimar ações inconsequentes dos setores produtivos e do poder público na ocupação e exploração agrícola do cerrado.

Atualmente, a preocupação com a sustentabilidade social, econômica e ambiental vem chamando a atenção e, neste sentido, a problemática do Cerrado ganha

destaque. Ao se falar em Geografia de Goiás, a questão atual do Cerrado deve ser lembrada pelo professor, e é importante que esteja presente também nos livros didáticos. É um tema transversal que deve ser trabalhado no Ensino Fundamental, e que só pode ser efetivamente compreendido a partir de uma “visão integrada do Cerrado”, conforme proposto por Pelá e Mendonça (2010, p.54). Os autores sugerem que é preciso a construção de um olhar abrangente, que supere a fragmentação posta entre a natureza e a sociedade. Assim, pode-se caminhar no sentido de desconstruir a imagem distorcida criada pelos discursos hegemônicos, alicerçando as bases para que os alunos possam construir uma reflexão crítica sobre a questão do Cerrado, diante de um sistema econômico e produtivo que tenta equilibrar a balança comercial a partir da ampliação incessante da produção agrícola para a exportação.

A finalidade, aqui, é destacar possíveis direcionamentos teóricos que possam apoiar as abordagens do conteúdo de Geografia de Goiás no Ensino Fundamental. Longe da pretensão de esgotar as possibilidades de abordagem, buscou-se resgatar algumas questões – históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais – do Estado de Goiás para assim, desenvolver breves reflexões sobre temas que podem ter relevância para o ensino de Geografia de Goiás por possibilitar uma compreensão integrada dos processos e conflitos envolvidos na apropriação e transformação espacial, e que valorizam os aspectos político e educativo do ensino de Geografia, possibilitando uma formação para a cidadania. Contudo, estes temas devem ser trabalhados de forma integrada no currículo, estabelecendo relações entre conteúdos específicos da Geografia de Goiás e conceitos/processos gerais da disciplina de Geografia. Buscando dar conta deste desafio, é apresentada no próximo tópico uma reflexão sobre o conteúdo de Geografia de Goiás, integrado ao processo de ensino e aprendizagem em Geografia.

O conteúdo de Geografia de Goiás no processo de ensino e aprendizagem em Geografia

Após resgatar algumas questões de relevância sobre os conteúdos de Geografia de Goiás, buscar-se-á desenvolver uma reflexão sobre como estes conteúdos podem ser trabalhados de forma integrada no currículo. Assim, neste tópico será desenvolvida uma reflexão sobre o conteúdo de Geografia de Goiás, integrado ao processo de ensino e aprendizagem em Geografia. O objetivo é apontar como conteúdos específicos da Geografia de Goiás podem apoiar na compreensão de conceitos e

processos gerais da disciplina geográfica, entendendo que o currículo deve ser pensado de forma integrada, buscando superar a cisão e hierarquização dos conteúdos.

Ao se pensar o ensino de Geografia de Goiás não se deve reproduzir a dicotomia posta no passado pela geografia tradicional, que separava os estudos de Geografia Geral e Geografia Regional. O espaço deve ser pensado em suas múltiplas relações entre o local e o global. O conteúdo de Geografia de Goiás não deve ser encarado como mero apêndice, com o simples objetivo de cumprir formalmente o currículo, destacando momentos em que “deixa-se de lado” a Geografia Geral e volta-se a atenção para a Geografia de Goiás. Ao contrário, esta deve ser abordada como conteúdo integrante do currículo geral, e com especial importância para a formação do pensar geográfico dos alunos. Deve-se trabalhar no sentido de estabelecer relações entre conteúdos de Geografia de Goiás e conceitos gerais da disciplina, possibilitando o desenvolvimento por parte dos alunos de um pensar geográfico crítico, reflexivo e ao mesmo tempo contextualizado com o espaço no qual estão inseridos.

Vale ressaltar que esta é uma abordagem que exige do professor formação continuada, planejamento, pesquisa e reflexão constante sobre sua prática docente. Libâneo (1994) destaca o significado político do ato de planejar ao afirmar que:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; [...]. Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

O posicionamento político e ideológico do professor é importante para que se tenha a clareza necessária sobre os objetivos da Geografia que se pretende ensinar. É neste sentido que o ensino de Geografia, contextualizado com a realidade efetiva na qual o aluno se insere, busca integrar o ensino de Geografia de Goiás na construção e compreensão de conceitos, permitindo não apenas conhecer o seu espaço, mas compreender de forma crítica e reflexiva o processo de produção deste espaço.

É adequado que o professor busque estabelecer uma “via de mão dupla”, utilizando conceitos gerais da Geografia para a sistematização do conhecimento sobre o espaço goiano, ao mesmo tempo em que se utiliza do conhecimento empírico dos alunos sobre o estado de Goiás na construção de conceitos e na compreensão de processos gerais da Geografia. Os alunos, sendo sujeitos que vivem no estado de Goiás e

nele desenvolvem suas trajetórias, trazem já algum conhecimento prévio adquirido sobre este espaço em sua vida cotidiana, que podem apoiar a reflexão no pensar geográfico.

O território estadual é dotado de valor e representação simbólica especial para os sujeitos que com este se identificam e, neste sentido, o estudo do lugar pode ser diretamente relacionado ao estudo da Geografia de Goiás, não apenas nas séries iniciais, mas em todo o Ensino Fundamental e Médio. Ser goiano traz consigo uma sorte de elementos que juntos formam a identidade social e cultural goiana. Esta é expressa na literatura de autores como Bernardo Élis, Cora Coralina ou José Godoy Garcia, literatura que, considerando a potencialidade deste conteúdo, pode ser trabalhada em uma perspectiva transdisciplinar, apoiando substancialmente as aulas de Geografia. Além disso, o lugar do aluno deve ser tratado dentro do contexto regional no qual está inserido e compreendido na relação com as outras escalas de análise.

O estudo do conteúdo de Geografia de Goiás na sala de aula oportuniza aos alunos compreender o seu espaço geográfico. É precisamente através deste conteúdo que se torna possível desvelar a lógica por trás das transformações do espaço em Goiás, colocando em evidência os conflitos existentes entre os diferentes agentes sociais e econômicos envolvidos na (re)produção deste espaço, bem como as tensões e contradições próprias deste processo. Como apontado por Cavalcanti (1998), no desenvolvimento do pensar geográfico, é necessário que o aluno se aproxime de uma linguagem própria da ciência geografia, e que esta aproximação é feita a partir da construção de conceitos geográficos. Neste sentido, pode-se relacionar o estudo de conteúdos de Geografia de Goiás à construção de conceitos em Geografia.

A construção do conceito de lugar pode ser pensada, não apenas, mas também, como forma de (re)conhecimento do território goiano. É a partir do local que se tem contato direto com aspectos do global, e, dentro de uma concepção crítica e dialética, os alunos podem ser instigados a pensar como o processo de globalização é efetivamente concretizado nos locais. É na esfera da vida cotidiana que este processo é reproduzido e reinventado, mas, ao contrário do que somos induzidos a pensar, o processo de globalização não é universal. Cavalcanti (1998, p. 90) corrobora com esta reflexão, ao afirmar que:

Na concepção histórico-dialética, lugar pode ser considerado no contexto do processo de globalização. A globalização indica uma tensão contraditória entre homogeneização das várias esferas da vida social e fragmentação, diferenciação e antagonismos sociais. Por ser assim, a compreensão da globalização requer a análise das particularidades dos lugares, que permanecem, mas que não podem ser entendidas nelas mesmas. O que há de específico nas particularidades deve ser encarado na mundialidade, ou seja, o problema local deve ser analisado como problema global, pois há na atualidade um “deslocamento” (no sentido de des-locar) das relações.

É no lugar que a globalização se manifesta de forma concreta, e nele evidencia-se a tensão promovida pelas diferenciações e particularidades dos lugares, as quais permanecem mesmo diante de um processo que força a homogeneização dos espaços. Os lugares, bem como os sujeitos sociais, relacionam-se de forma diferenciada com os processos que ocorrem em nível global, em função de suas particularidades – ou possibilidades – históricas, econômicas, políticas e sociais.

Outra abordagem que pode ser integrada ao estudo de Geografia de Goiás é o estudo da cidade. Os alunos chegam à sala de aula já com imagens do urbano construídas em suas trajetórias, em seu contato com a cidade. Contradições próprias do espaço urbano são vividas pelos estudantes, pois os conflitos sociais que se acentuam com a expansão urbana fazem parte de sua experiência social. Arrais aponta que a cidade na realidade é uma imagem, “um simulacro do mundo” (ARRAIS, 2001, p. 178), e que ao longo do tempo teve diferentes representações, expressas no discurso social sobre o urbano. Contudo, para este autor, há um discurso dominante que tem o caráter ideológico e coercitivo de disciplinar as práticas sociais dos sujeitos, trata-se do discurso das instituições hegemônicas.

Entender o discurso como uma forma de agir sobre o mundo nos leva a refletir sobre a capacidade do discurso de reproduzir ideias e cristalizar práticas sociais. Dessa maneira o discurso não é neutro, ao contrário, é ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as ideias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinares e homogeneizadores e até mesmo ordinários) (ARRAIS, 2001, p. 179).

Talvez a Geografia seja a disciplina com maior potencial de instrumentalizar os alunos para uma compreensão crítica acerca destes discursos, desenvolvendo o olhar geográfico, que permite perceber as tensões expressas no espaço urbano. Além disso, o fator tempo é outro aspecto importante para entender a cidade ou mesmo o processo de urbanização regional. Por isso, é fundamental a visão processual da produção social do espaço. Assim, aspectos relativos à urbanização do espaço goiano merecem ser problematizados nas aulas de Geografia da educação fundamental. Não se trata apenas de possibilitar aos alunos conhecer o processo de formação e desenvolvimento do território goiano, mas sim compreender como as formas de apropriação do território e transformações espaciais, não ocorrem ao acaso, sendo, muitas vezes, articuladas para atender a interesses de setores hegemônicos da sociedade. Suscitam disputas de poder e tensões que possuem reflexos diretos na vida da sociedade. Da mesma forma que

espaços modernos, dinâmicos e economicamente ativos são criados, criam-se também as situações que acabam por condenar outros espaços ao atraso, à morosidade e à pobreza (econômica e social).

A Geografia escolar deve ter como objetivo desenvolver um pensar geográfico nos alunos, reconstruindo a forma de apreensão do mundo, com um olhar crítico e reflexivo. Mas qual o caminho para transformar o olhar dos alunos em um olhar geográfico? Deve-se considerar que estes, como toda a sociedade, já trazem uma forma de olhar e representar o espaço que parte de conceitos do cotidiano, e que precisam, na aprendizagem de Geografia, dominar conceitos científicos e a linguagem própria da disciplina. Calvalcanti (1998) defende que o processo de ensino não deve desconsiderar as representações sociais dos alunos, mas sim explorar os encontros e desencontros entre conceitos cotidianos e conceitos científicos na linguagem geográfica. Nesta perspectiva a autora entende que:

[...] o ensino visa à aprendizagem ativa dos alunos, atribuindo-se grande importância a saberes, experiências, significados que os alunos já trazem para a sala de aula incluindo, obviamente, os conceitos cotidianos. Para além dessa primeira consideração, o processo de ensino busca o desenvolvimento, por parte dos alunos, de determinadas capacidades cognitivas e operativas, por meio da formação de conceitos sobre a matéria estudada (CAVALCANTI, 1998, p. 88).

Esta abordagem vai ao encontro da ideia defendida nesta pesquisa, de que o ensino de Geografia de Goiás deve servir para apoiar a construção de conceitos geográficos pelos alunos e a compreensão dos processos e dinâmicas do espaço, ao passo que estes conceitos sustentam as bases para entender a produção e transformação do espaço goiano. Assim, o estudo de Geografia ganha corpo e significado para o aluno ao trazer para a análise o lugar, o espaço regional, a paisagem, a natureza, o território, etc., não apenas abstrato e distante, mas efetivamente reconhecido e vivenciado pelo aluno em seu cotidiano.

Temas como a migração, por exemplo, podem ganhar outro sentido, mais real e contextualizado, quando considera o próprio aluno enquanto sujeito migrante, ou ao trazer para a análise este processo enquanto fator fundamental na ocupação e dinâmica do espaço goiano. Como destacado por Arrais (2004), historicamente o estado de Goiás recebe pessoas vindas de vários estados, especialmente Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Tocantins e Maranhão. Este fluxo migratório foi intensificado a partir da década de 1940, devido a ações do poder público que buscavam efetivamente estimular a ocupação do território goiano. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

(CANG) no atual município de Ceres, a construção de Goiânia e Brasília, a concessão de créditos para a produção rural, são alguns exemplos de ações de atraíram milhares de migrantes para o estado de Goiás. No sudoeste do estado, por exemplo, é comum encontrar pessoas vindas das regiões sudeste e sul do Brasil, atraídas após a década de 1970 pela expansão da fronteira agrícola. Em Goiânia é considerável a presença de maranhenses, baianos e paraenses, muitos jovens, que migram para a capital goiana para trabalhar e estudar. Arrais (2004, p. 79) afirma que “não seria exagero dizer que Goiás é fruto da migração”. Há ainda as migrações de sujeitos que deixam cidades do interior do estado e mudam-se para Goiânia em busca de oportunidades de trabalho, estudo, tratamento médico, etc., ou ainda migrações pendulares, associadas também ao trabalho, ou compras, ou motivadas pela disponibilidade de infraestrutura e serviços na capital.

Desta forma, é possível analisar o sentido, a representação simbólica e material por trás da migração, ao explorar as dinâmicas envolvidas na produção do espaço goiano. A análise da mobilidade espacial dos sujeitos deve ser considerada em sua complexidade dialética como a expressão social das desigualdades impressas no espaço. O migrante distancia-se de seu lugar e estabelece novas relações sociais em um novo espaço pelas condições impostas por um modelo de desenvolvimento excludente. A concentração fundiária, o desemprego, a ineficiência do Estado no fornecimento de serviços básicos, são alguns fatores que impõem a necessidade do migrante deixar para trás o seu lugar e expressam a dimensão violenta deste processo.

Outra abordagem que dá relevância ao estudo de conteúdos de Geografia de Goiás é utilizá-lo na construção de conceitos próprios da disciplina geográfica. Cavalcanti (1998) propõe que o processo de ensino objetiva o desenvolvimento, por parte dos alunos, de determinadas capacidades cognitivas e operativas, a partir da construção de conceitos específicos, próprios da linguagem científica da Geografia, e considera que esta construção deve dar importância aos conceitos do cotidiano. Assim, pode-se relacionar o estudo de conteúdos específicos de Geografia de Goiás com a construção de conceitos-chaves da Geografia.

Neste sentido, buscando partir das imagens e conceitos cotidianos do aluno, podemos citar o desenvolvimento do conceito de paisagem no ensino de Geografia de Goiás. Cavalcanti (1998, p. 99) aponta que “é importante considerar este conceito como primeira aproximação do lugar, chave inicial para apreender as diversas determinações deste lugar” e então evoluir para o entendimento do espaço geográfico por meio da aproximação do real. Assim, qual o conceito geral de paisagem já construído pelo aluno? Considerando o ensino de Geografia em escolas da rede estadual de educação de Goiás,

na percepção dos alunos, onde estão/quais são as paisagens goianas? Quais são os elementos presentes nestas paisagens? Há ainda paisagens naturais? E no espaço urbano, não existem paisagens? Quais as contradições por trás das “belas paisagens” que estampam imensas lavouras em espaços antes ocupados por retorcidas árvores do cerrado?

Deve-se enfatizar o aspecto temporal da paisagem, assim como a sua condição funcional e a intencionalidade na sua transformação social. Esta análise pode permitir a reflexão sobre o modelo de apropriação e transformação do espaço em Goiás. Considerando sempre que este modelo não é exclusivo do contexto goiano, mas sim uma reprodução e reinvenção de processos globais.

É rico o acervo iconográfico que resgata a construção de Goiânia e que pode ser empregado pelo professor nas aulas de Geografia, possibilitando aos alunos confrontar paisagens conhecidas por eles, nas quais eles transitam em seu cotidiano, com as formas que estes mesmos espaços possuíam no passado. Hoje, os alunos transitam no mesmo espaço no qual seus pais ou avós transitavam no passado, mas a paisagem que visualizam e com a qual interagem é outra. É uma sobreposição de tempos e formas que ganham outro significado ao considerar o lugar do aluno.

O estudo de conteúdos de Geografia de Goiás pode apoiar também a construção, por parte dos alunos, do conceito de território, que é de larga utilização no desenvolvimento do pensamento geográfico e tem forte presença nos currículos e livros didáticos de geografia. Este deve ser pensado enquanto produção social que envolve relações de poder exercidas por determinados atores, grupos ou classes sociais. Cavalcanti (1998) aponta que deve-se trabalhar a delimitação de territórios na própria sala de aula, nos lugares de vivência e nos lugares percebidos pelo aluno. Há ainda a temporalidade das delimitações territoriais que não são estáticas, alterando-se historicamente ao ser moldadas pelas dinâmicas entre os diferentes espaços e entre os poderes em disputa. Considerando o aspecto histórico, e a importância dos lugares percebidos pelo aluno para a construção do conceito, ganha corpo e relevância a abordagem da evolução histórica e geográfica das fronteiras do estado de Goiás, ao se pensar o ensino de Geografia em escolas goianas.

O território estadual transformou-se ao longo da história, motivado por fatores políticos e econômicos, tendo Goiás cedido território para a criação do Distrito Federal em 1956 e para a criação do estado do Tocantins em 1988, além de disputas e litígios com estados vizinhos que acabaram por desmembrar umas áreas e agregar outras. Há ainda a dinâmica territorial interna ao estado, em que municípios são criados ou extintos

em diferentes conjunturas políticas e atendendo a distintos interesses econômicos. A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e a Região do Entorno de Brasília, ainda hoje são palcos de constantes alterações territoriais, devido à dinâmica destes espaços, movimentada pela influência exercida por Goiânia e Brasília.

Ainda na busca de relacionar o estudo de conteúdos de Geografia de Goiás à formação de conceitos geográficos, podemos destacar a relevância do conceito de região que, conforme assinalado por Cavalcanti (1998), é proposto como tema de estudo em vários programas curriculares e livros didáticos, e está no centro de uma das polêmicas clássicas acerca da natureza da Geografia enquanto ciência: “busca de leis gerais ou individualidades regionais” (CAVALCANTI, 1998, p. 102).

Na realidade, o regional não pode ser efetivamente compreendido e analisado em si só, separado do global. Há ainda a aproximação com o conceito de lugar, ao considerar que a regionalização requer o reconhecimento de elementos/aspectos que conferem identidade, e podem, em certa medida, fornecer uma compreensão mais ampla de espaço vivido. Santos (2006) define região e lugar como dimensões funcionais do global, através das quais o mundo é percebido empiricamente. Para ele lugar e região são abstrações que devem ser consideradas como partes integrantes da totalidade.

Tanto a região quanto o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica preexistente entra como condição de *oportunidade*. A cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos. A distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante do que antes, quando se trabalhava com uma concepção hierárquica e geométrica onde o lugar devia ocupar uma extensão do espaço geográfico menor que a região. Na realidade, a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares – veja-se o exemplo das cidades grandes – também podem ser regiões (SANTOS, 2006, p. 108).

Assim, a região deve ser pensada em suas dimensões espacial e temporal, levando à compreensão da regionalização como processo social e histórico de diferenciação entre áreas. Por isso, a região não é estática, mas transforma-se historicamente, acompanhando mudanças políticas, econômicas e sociais. Também não é única, não limitando-se aos recortes administrativos realizados por órgãos oficiais. Ao contrário, podemos pensar em coincidências e distinções, com a sobreposição de diferentes recortes regionais, concebidos por diferentes agentes, grupos ou entidades sociais, em um mesmo espaço. Por isso, sendo os conteúdos de Geografia de Goiás

trabalhados no âmbito da Geografia Regional, os alunos devem ser levados a pensar sobre as diferentes regiões e regionalizações do território goiano, indo além dos recortes político e administrativo, que estabelece as regiões de controle, e buscando compreender também outras formas do fenômeno regional.

Estes são alguns dos apontamentos possíveis para abordagens de conteúdos de Geografia de Goiás que podem possibilitar o desenvolvimento, por parte dos alunos, de um pensar geográfico crítico, reflexivo e contextualizado com o espaço no qual está inserido. Contudo, é uma abordagem que exige do professor formação continuada, planejamento, pesquisa e reflexão constante sobre sua prática docente. Integrar o ensino de Geografia de Goiás à construção de conceitos, e compreensão de processos gerais da Geografia, permite aos alunos não apenas conhecer o seu espaço, mas compreender de forma crítica e reflexiva o processo de produção espacial.

Considerações Finais

O conteúdo de Geografia de Goiás deve ser trabalhado de forma integrada no currículo, sempre buscando compreender as relações estabelecidas entre aspectos específicos da Geografia de Goiás e processos que se desenrolam em nível nacional e global. A abordagem de conteúdos regionalizados no ensino de Geografia, considerando aspectos próprios do estado, é uma possibilidade de alcançar a esfera do cotidiano do aluno, tornando, assim, o ensino mais significativo. Porém, para a construção de uma compreensão crítica, é necessário considerar sempre as múltiplas relações existentes entre o local e o global, perpassando escalas de análise como a região.

O espaço regional só pode ser compreendido no contexto de suas relações políticas e econômicas com outros espaços. O regional não existe vazio de significados, representações simbólicas, identificação política e social, dinâmica econômica, processos produtivos, paisagem, etc. É precisamente pela identificação da unidade formada pelos diferentes aspectos do espaço regional que este é constituído e reconhecido como tal.

Neste sentido, buscou-se apontar direcionamentos teóricos para a abordagem do conteúdo referente à Geografia de Goiás no ensino fundamental que podem possibilitar o desenvolvimento, por parte dos alunos, de um pensar geográfico crítico, reflexivo e contextualizado com o espaço no qual está inserido. Um dos caminhos indicados foi integrar o ensino de Geografia de Goiás à construção de conceitos e

compreensão de processos gerais da Geografia, permitindo aos alunos não apenas conhecer o seu espaço, mas compreender de forma crítica e reflexiva o processo de produção espacial.

Contudo, é fundamental destacar que não há como apontar caminhos definitivos ou receitas prontas para o ensino de qualquer conteúdo. Uma prática educativa autônoma e comprometida, em qualquer que seja o contexto, exige do professor formação continuada, planejamento, pesquisa e reflexão constante sobre sua prática docente.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Tadeu Alencar. Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano. In. CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.) **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 177-235.

_____. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

CASSETI, Valter. Impactos ambientais em Goiás. In. GOMES, Horieste (Org.) **O espaço goiano: abordagens geográficas**. Goiânia: AGB, 2004. p.145-166.

CASTRO, João A. de. O estado e a apropriação do território de Goiás. In. GOMES, Horieste (Org.) **O espaço goiano: abordagens geográficas**. Goiânia: AGB, 2004. p.59-91.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

ESTEVA, Luis Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. 180 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

GOMIDE, Cristina Helou. **História da transferência da capital**. Goiânia: Alternativa, 2003.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Tradução por Waltensir Dutra. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Pequena história da agropecuária goiana**. Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás. 2008. Disponível em: http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/uploads/215/original_teixeira_netto_ant_nio_pequena_hist_agropecu_ria.pdf. Acessado em: 28 abr.2013.

PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 51-70.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas municipais (Séries históricas)**. Goiânia: Segplan/IMB, 2013. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp. Acessado em: 21 Mai. 2013.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996, 217p.

Recebido em 15 de agosto de 2013.

Aprovado para publicação em 31 de março de 2014.